

Série **Artigos**



A Batalha de Itacoatiara (1932):

Quando a Revolução
Constitucionalista Chegou
à Amazônia

DURANGO DUARTE



A Batalha de Itacoatiara (1932):

quando a Revolução Constitucionalista
chegou à Amazônia

Epígrafe

“Há acontecimentos que desaparecem da memória não porque tenham sido pequenos, mas porque foram grandes demais para a narrativa oficial.”



A Batalha de Itacoatiara (1932):

quando a Revolução Constitucionalista
chegou à Amazônia

Prólogo: A guerra que quase desapareceu da História

A História costuma preservar os vencedores, mas a memória nem sempre lhes pertence. Existem episódios que permanecem vivos por serem celebrados, enquanto outros desaparecem justamente porque houve um esforço deliberado para que fossem esquecidos. A Batalha de Itacoatiara pertence a essa última categoria.

Quando se estuda a Revolução Constitucionalista de 1932, a historiografia brasileira tradicionalmente converge seus olhares para São Paulo, relembrando as trincheiras do Vale do Paraíba, o movimento MMDC e a mobilização civil no Sudeste. Poucos sabem que, a milhares de quilômetros de distância, o rio Amazonas transformou-se em um verdadeiro teatro de operações militares. Navios foram armados às pressas, fortalezas aderiram à revolta, cidades viveram dias de profunda expectativa, Manaus entrou em estado de alerta e dezenas de homens morreram em combates travados sob a bandeira constitucionalista.

Durante décadas, esse cenário permaneceu invisível. O silêncio historiográfico não decorreu da falta de fontes — dado que abundam relatórios militares, inquéritos policiais, jornais e correspondências de ambos os lados —, mas sim da maneira como esses documentos foram interpretados e deliberadamente ignorados pela narrativa oficial subsequente.



A Batalha de Itacoatiara (1932):

quando a Revolução Constitucionalista
chegou à Amazônia

Introdução

A Poucos episódios da história republicana brasileira ilustram de forma tão nítida o abismo entre a importância estratégica de um fato e o espaço que ele ocupa na memória nacional quanto a Batalha de Itacoatiara, travada em 24 de agosto de 1932 nas águas do rio Amazonas. A visão consolidada nos manuais didáticos e nas sínteses acadêmicas reduz a participação de outras regiões a notas periféricas, sugerindo que a guerra constitucionalista jamais rompeu as fronteiras geográficas do Sudeste.

A documentação contemporânea, contudo, desmente essa percepção restrita. Em poucas semanas, o conflito alcançou o extremo norte do país, desencadeando uma sucessão de eventos que alteraram a navegação do principal eixo fluvial da Amazônia e culminaram na única batalha naval ocorrida na América do Sul no século XX até a eclosão da Guerra das Malvinas.

O propósito deste artigo é reconstruir documentalmente essa trajetória, compreendendo a relevância do levante do Forte de Óbidos, analisando a reação político-militar dos governos do Pará e do Amazonas, e investigando os mecanismos que converteram uma operação militar de grandes proporções em uma suposta “quartelada” regional.

Capítulo I: Quando a guerra chegou ao Amazonas

Na manhã em que as luzes do porto de Manaus foram apagadas, a rotina da capital amazonense alterou-se profundamente. As primeiras informações oficiais, recebidas via telégrafo, confirmavam que o Forte de Óbidos havia rompido com o Governo Provisório de Getúlio Vargas e aderido à causa constitucionalista.

A notícia de que os setenta homens do 4º Grupo de Artilharia de Costa haviam se rebelado ecoou em Manaus a 19 de agosto de 1932, espalhando uma onda de apreensão institucional.

A fortaleza encontrava-se sob a liderança do general Bertholdo Klinger, chefe nacional da rebelião constitucionalista paulista, que comissionara o advogado baiano Alderico Pompo de Oliveira no posto de coronel para comandar a insurreição no Norte. Alderico era figura bastante conhecida na capital amazonense, frequentador assíduo de locais boêmios e intelectuais da Belle Époque tardia, como o Ponto Chic, a Leitaria Amazonas e o Bar Americano.

De posse do Forte, os rebeldes remeteram um ultimato audacioso ao 27º Batalhão de Caçadores (27º BC) exigindo imediata adesão à causa paulista; caso contrário, iniciariam uma marcha fluvial para atacar e bombardear Manaus.

O Blecaute Estratégico de Manaus e as Primeiras Prisões

Por recomendação expressa da Capitania dos Portos, o governo determinou o apagamento total das luzes do roadway da Manaus Harbour e da primeira rua do litoral enquanto durasse a crise. Longe de ser um mero detalhe cotidiano, a medida possuía uma finalidade militar clara: eliminar referências luminosas que pudessem guiar uma aproximação noturna da esquadra rebelde.

Simultaneamente, o clima de conspiração interna acentuou-se na capital: eclodiu uma sublevação de sargentos pró-constitucionalistas

dentro dos quartéis locais, resultando na prisão imediata dos sargentos João Neves, Sandoval Amorim, Geminauá Medeiros e Nilo Barroso.

O blecaute preventivo e o cárcere dos militares tornaram-se os maiores símbolos visuais e políticos do estado de alerta que tomou conta da capital amazonense.

A resposta governista foi imediata e enérgica. Naquela conjuntura, o interventor federal titular do Amazonas, o tenente Antônio Rogério Coimbra, encontrava-se ausente de Manaus, o que forçou o secretário-geral do Estado, Waldemar Pedrosa, a assumir interinamente a chefia do executivo.

Em articulação emergencial com o major Luís Tavares Guerreiro (que assumira as defesas de terra de Manaus), com o comandante do 27º BC e com o capitão-de-fragata Nelson Lemos Basto (Capitão dos Portos do Amazonas), o sistema de defesa foi reorganizado de forma drástica.

Requisitaram-se lanchas particulares, estabeleceu-se prontidão absoluta nos quartéis, policiaram-se prédios públicos e ordenou-se que o pacote Baependi e o cargueiro Ingá — grandes embarcações civis que navegavam pelo Baixo Amazonas — regressassem imediatamente ao ancoradouro de Manaus para serem postos a serviço do esforço de guerra legalista.

Paralelamente, o interventor Rogério Coimbra deslocou-se a Belém para coordenar as ações conjuntas com o governo do Pará e avaliar o envio de navios de guerra, visando asfixiar os revoltosos a partir da foz do rio.

Capítulo II: Óbidos: a fortaleza que mudou o rumo da guerra na Amazônia

A proeminência estratégica de Óbidos não decorria de sua densida-

de demográfica, mas de sua geografia. Localizada em um ponto onde o rio Amazonas sofre um estreitamento natural, comprimido por imensos paredões rochosos, a cidade constitui um gargalo hidrográfico que historicamente funcionou como a sentinela militar da Amazônia.

Em 1932, qualquer embarcação que trafegasse entre Belém e Manaus precisava obrigatoriamente passar sob o alcance direto dos canhões do Forte de Óbidos. Quem controlasse Óbidos controlaria o fluxo de homens, armas, suprimentos, combustíveis e mensagens entre as duas principais capitais do Norte.

Semanas antes da eclosão da revolta, o Exército já havia intensificado a fiscalização de embarcações na área, utilizando o 4º Grupo de Artilharia de Costa para inspecionar o trânsito naval.

A insurreição eclodiu na madrugada de 18 para 19 de agosto de 1932, impulsionada por uma convergência de fatores: o descontentamento crônico de sargentos e cabos com as políticas de promoção do Exército, o descontentamento das elites civis com a centralização das interventorias varguistas e a articulação de lideranças regionais influenciadas pelo major Souza Brasil.

A adesão à causa constitucionalista paulista serviu como o cata-

A Prisão do Segundo-Tenente Bentes e a Queda do Forte

O elevado grau de coordenação dos rebeldes ficou evidente nas primeiras horas da madrugada de 19 de agosto de 1932.

O segundo-tenente oficial legalista Francisco Bentes Ribeiro foi atraído para fora das dependências do quartel sob o falso pretexto de fiscalizar um navio suspeito que supostamente navegava pelo rio com as luzes totalmente apagadas. Ao chegar à margem do rio, o oficial foi rapidamente cercado por soldados armados e preso “em nome do general Bertholdo Klinger”.

Ao ser escoltado de volta ao quartel na condição de prisioneiro, Bentes percebeu que toda a guarnição de setenta homens já estava mobilizada e que as baterias de canhões da fortaleza haviam sido tomadas em prol da causa constitucionalista.

lisador político ideal para tensões locais acumuladas desde a Revolução de 1930.

Ao assumirem o controle do Forte, os revolucionários passaram imediatamente a interceptar as embarcações que trafegavam pelo gume do rio. Três alvos estratégicos foram capturados de imediato entre os dias 17 e 19 de agosto: o vapor Andirá II, de 235 toneladas, pertencente à companhia inglesa Amazon River; a lancha Diana; e o vapor Jaguaribe, propriedade da Companhia de Comércio e Navegação (empresa Pereira Carneiro & Cia). O apresamento do Jaguaribe foi um golpe logístico monumental: o velho cargueiro de 1.120 toneladas trazia em seus porões um carregamento de 42.000 sacos de sal e, crucialmente, 100 barris de pólvora destinados a Manaus.

A partir daquele instante, os rebeldes dispunham não apenas de uma fortaleza terrestre, mas dos meios flutuantes e do combustível necessários para iniciar sua ofensiva rio acima.

Capítulo III: A esquadra improvisada — Quando a Revolução navegou pelo Amazonas

Conscientes de que permanecer estáticos em Óbidos significaria apenas aguardar o inevitável contra-ataque das forças federais legalistas, os líderes revolucionários decidiram assumir a iniciativa estratégica e avançar em direção ao Amazonas. Sem acesso a navios de guerra de linha, os constitucionalistas utilizaram a engenharia de improvisação e transformaram os capturados navios mercantes Jaguaribe e Andirá II em vasos de guerra improvisados.

O Jaguaribe foi artilhado com 4 pesados canhões Krupp de 75 milímetros retirados diretamente das muralhas do Forte de Óbidos e guarnecido com cerca de 40 rebeldes armados. O Andirá II, comandado pelo 2º tenente revolucionário Zoroastro Seroa Maia, recebeu 21 homens armados de fuzis e ninhos de metralhadoras instalados nas acomodações de passageiros.

A pequena e rústica flotilha partiu de Óbidos a 21 de agosto de 1932 com destino a Manaus, confiando na premissa política de que sua presença provocaria um efeito dominó de adesões populares e militares nas cidades ribeirinhas do interior.

Do Teatro e Hollywood às Trincheiras Fluviais: O Caso de Arquimedes Lalor

Nenhum personagem ilustra melhor o caráter heterogêneo e dramático da campanha amazônica do que o civil Arquimedes Lalor. Conhecido em Manaus por ter retornado dos Estados Unidos, onde atuara como comediante de cinema em Hollywood, Lalor foi comissionado pelo comando rebelde no posto de capitão revolucionário.

Na noite de 20 de agosto, liderando 15 homens a bordo da lancha Diana, Lalor assaltou e tomou a cidade de Parintins sem resistência, dada a ausência de forças militares locais.

Sua performance foi nitidamente teatral: saltou no porto trajando uma vistosa camisa de panamá amarelo, calça de flanela cáqui e um casquete com o emblema do comandante do Jaguaribe, onde se lia a inscrição “18-8-32 Capitão Lalôr”, empunhando um revólver novo calibre .38 de cano longo.

Lalor discursou ao povo na Prefeitura, confiscou os saldos do Correio, da Coletoria Federal e da Mesa de Rendas, e extorquiu um conto e quinhentos mil réis do comércio local.

Além disso, tomou como refém o sexagenário coletor de Juruty, Ilde-

fonso, para coagir o recrutamento forçado de centenas de ribeirinhos, antes de declarar de forma fanfarrona: “Amanhã tomarei Itacoatiara e depois a capital!”.

Enquanto a flotilha rebelde subia o rio — parando no porto Desaperta para recrutar pescadores à força, estacionando na ilha das Ciganas e abastecendo-se de lenha no porto de São Raimundo —, o governo interino em Manaus monitorava os passos dos insurgentes via rede telegráfica. Decidiu-se interceptar o avanço constitucionalista antes que este alcançasse o perímetro estratégico da capital, escolhendo a cidade de Itacoatiara como a linha definitiva de resistência legalista.

No dia 20 de agosto, às 16 horas, o governo despachou a bordo do Baependi 100 homens do 27º BC para Itacoatiara sob o comando do primeiro-tenente Álvaro Francisco de Souza e do tenente Albuquerque. No dia seguinte, enviou-se o navio Rio Curuçá transportando mais 50 guardas civis da guarnição comandada pelo capitão Jônatas de Moraes Corrêa, além de 30 praças da Comissão de Limites.

Sob a liderança político-militar do prefeito de Itacoatiara, o capitão cearense Gonzaga Tavares Pinheiro, trincheiras profundas foram cavadas ao longo das margens litorâneas do rio, estendendo-se do centro ao bairro do Jauari, mobilizando cidadãos e voluntários civis armados dispostos a impedir o avanço dos revoltosos.

Capítulo IV: A Batalha de Itacoatiara — O dia em que o rio Amazonas entrou em guerra

Na madrugada de 24 de agosto de 1932, a calmaria secular das águas do rio Amazonas foi definitivamente rompida. A flotilha rebelde despontou na linha do horizonte, margeando a praia da ilha de Serpa. Na vanguarda da esquadra insurgente, o cargueiro Jaguaribe

e o gaiola Andirá II avançavam sob a expectativa do confronto. Não tardou para que cruzassem com os primeiros sinais da resistência legalista: o pacote Baependi e o vapor auxiliar Rio Jamari, que realizavam o patrulhamento avançado da calha fluvial.

O silêncio do amanhecer foi quebrado pelo primeiro sinal de hostilidade: o Jaguaribe disparou um tiro de festim, seguido imediatamente por uma granada real de 75 mm que cruzou, assobiando, rente à proa do Baependi. Diante da iminência do combate e em nítida desvantagem de posicionamento, os navios governistas recuaram taticamente, buscando o abrigo do paraná da Trindade. Ali, sob o comando geral do capitão-de-fragata Nelson Lemos Basto, o grosso da frota legalista concentrou-se, aguardando o desenrolar dos acontecimentos.

Por volta das 10 horas da manhã, a frota revolucionária lançou âncoras diretamente em frente  orla de Itacoatiara. A visão dos navios artilhados apontando para a cidade espalhou pânico entre os moradores. Conscientes de que as trincheiras terrestres recém-cavadas eram vulneráveis a um bombardeio pesado, o prefeito Gonzaga Tavares Pinheiro e o padre Joaquim Pereira, vigário da paróquia, traçaram uma estratagema desesperada. Embarcaram na lancha Remus e singraram o rio em direo ao costado do Jaguaribe.

A bordo, abriram negociaoes para a entrega da praça. Foi um blefe cirúrgico: o prefeito e o vigário argumentaram a necessidade de poupar o sangue dos inocentes e solicitaram uma trégua de duas horas sob o pretexto de evacuar os civis da “Velha Serpa”.

Confiantes na vitória e desprovidos de informaoes de inteligência — já que os sargentos simpatizantes em Manaus haviam sido interceptados e presos, cortando as comunicaoes por rádio —, o comando rebelde aceitou aguardar o fim do prazo.

O relógio aproximava-se do meio-dia. As culatras dos canhões Krupp estavam prontas para o fogo quando a flotilha legalista despontou na curva do rio a toda velocidade. O impacto visual foi avassalador. O Ingá e o Baependi, imensas estruturas de ao do Lloyd

O Erro de Cálculo dos Canhões e o Choque dos Titãs Fluviais

O confronto naval durou cerca de 45 minutos e assumiu características de extrema brutalidade. Enquanto avançavam sob a fuzilaria terrestre e o bombardeio rebelde, os manobristas revolucionários descobriram um erro tático fatal de engenharia: por ser o Jaguaribe um cargueiro de amurada excessivamente alta, os canhões Krupp de 75 mm instalados no convés não possuíam ângulo de depressão suficiente para mirar na linha-d'água dos navios legalistas que se aproximavam. A maior parte das granadas passava por cima dos alvos, explodindo nos barrancos ou atingindo estruturas civis, como uma serraria localizada na margem oposta.

Apenas uma granada rebelde atingiu em cheio a proa do Ingá, mas acima da linha de flutuação. Aproveitando a brecha, o gigantesco Ingá aproou diretamente contra o Jaguaribe, desferindo um abalroamento perpendicular devastador que partiu o casco do navio rebelde ao meio.

As águas do rio Amazonas invadiram o grande rombo, levando o Jaguaribe a pique em poucos minutos. Simultaneamente, o Baependi avançou contra o Andirá II sob uma fuzilaria ensurdecadora.

O capitão civil James Lemos, comandante do Andirá II, percebendo o colapso iminente, tentou erguer uma bandeira branca improvisada utilizando o seu próprio dólman, mas foi atingido fatalmente no olho por um tiro de fuzil. O Baependi chocou-se violentamente contra o portaló do Andirá II, arrombando a sua estrutura de madeira e ferro e mandando o gaiola para o fundo do rio.

Brasileiro confiscadas dos alemães na Primeira Guerra Mundial, avançavam imponentes contra os frágeis navios mercantes dos revoltosos. O tiroteio que se seguiu foi generalizado: metralhadoras pe-

sadas operadas pelo 2º tenente Ananias Celestino a bordo do Ingá varriam o convés do Andirá II, rasgando as trincheiras improvisadas de sacos de sal.

O sal misturava-se ao sangue da marujada e dos soldados rasos, enquanto o estilhaçar de vidros e portas transformava as embarcações rebeldes em armadilhas mortais. No auge do horror, o sargento rebelde Sotero foi cortado ao meio por uma lufada de metralhadora legalista, tombando diante de seus subordinados. O colapso mecânico, tático e humano da flotilha rebelde consumou-se de forma trágica nas águas barrentas do Amazonas, sepultando de vez a expansão da Revolução Constitucionalista no Norte do Brasil.

Capítulo V: A batalha depois da batalha — Como nasceu o esquecimento

Silenciados os canhões e contidos os focos de revolta, iniciou-se uma nova disputa, travada não mais por armas, mas pelo significado político do acontecimento. As luzes do porto de Manaus foram novamente acesas e as forças legalistas iniciaram o processo de purga institucional. As forças da 8ª Região Militar haviam enviado a Óbidos o navio Tenente Portela e o imponente cruzador Floriano Peixoto, de 3.000 toneladas, encontrando a praça de guerra abandonada e de onde seguiram para Manaus.

Os prisioneiros capturados em Itacoatiara foram transportados a Manaus nas masmorras do couraçado Floriano e entregues à polícia civil na data de 26 de agosto. Paralelamente, em Belém, instalou-se um Conselho de Guerra para julgar militarmente os líderes capturados da insurreição.

Contida a ameaça militar, a máquina de propaganda e censura do Governo Provisório de Getúlio Vargas passou a arquitetar ativamente a narrativa oficial da vitória. Relatórios administrativos ministeriais, comunicados públicos de imprensa e notas oficiais trataram de despolitizar o movimento de forma deliberada. O objetivo era claro: des-

A Lista de Prisioneiros e o Destino dos Derrotados

A edição de domingo, 28 de agosto de 1932, do Jornal do Commercio documentou minuciosamente o desembarque dos prisioneiros na capital amazonense. Foram recolhidos à Casa de Detenção os seguintes militares do 4º Grupo de Artilharia de Costa: cabo Arnaldo Pereira de Souza e os soldados Raimundo Marialva, Pedro de Oliveira Martins Filho e Higino Roberto Ferreira.

Os civis capturados nas trincheiras e navios rebeldes incluíam Eduardo Machado, Gregório Evangelista, João Nogueira Gomes, Raimundo Dinelli, Sebastião Campos dos Santos e Antônio Pereira do Nascimento.

O Dr. Demócrito Noronha, renomado advogado nos auditórios de Óbidos e apontado pelos relatórios como um dos principais mentores intelectuais da rebelião no Norte, recebeu tratamento de isolamento, sendo conduzido pelo delegado auxiliar Dr. Ismael de Almeida para um departamento prisional especial.

vincular o levante do Norte da poderosa engrenagem da Revolução Constitucionalista de São Paulo e do comando nacional de Bertholdo Klinger, enquadrando a Batalha de Itacoatiara e a tomada de Óbidos como meros atos isolados de indisciplina militar, um motim de praças insubordinados ou uma “quartelada” regional sem estofamento ideológico.

Anatomia da Contradição — O Fato Documentado vs. A Versão Oficial (1932)

A tabela abaixo, adaptada dos arquivos oficiais da Capitania dos Portos e do 27º BC, resume a gritante disparidade entre as medidas

emergenciais tomadas pelas autoridades no calor dos fatos e o discurso de minimização adotado após a consolidação da vitória varguista:

Quadro 1 – A Batalha Naval de Itacoatiara: o contraste entre a realidade documental e a narrativa posterior

Dimensão Estratégica	A Realidade dos Fatos (Agosto de 1932)	A Narrativa Oficial (Pós-Confronto)
Defesa Territorial	Mobilização total da segurança: o governo determinou o apagamento preventivo das luzes da orla e do porto de Manaus, reforçou o policiamento de prédios públicos, colocou os quartéis em prontidão e preparou a cidade para um possível ataque dos rebeldes.	Incidente menor: o blecaute preventivo, a prontidão militar e o reforço da segurança passaram a ser tratados como medidas de rotina ou excesso de cautela diante de simples boatos.
Logística Naval	Reorganização estratégica da navegação: embarcações mercantes foram imediatamente requisitadas para a defesa do Estado. O Baependi e o Ingá tiveram suas rotas alteradas, tropas foram embarcadas e constituiu-se uma flotilha destinada a impedir o avanço rebelde pelo rio Amazonas.	Perturbação circunstancial: a interrupção do tráfego fluvial foi posteriormente reduzida a um rearranjo administrativo da navegação, dissociado de qualquer contexto de guerra.
Comando Político	Engajamento da mais alta autoridade estadual: o interventor federal Rogério Coimbra retornou ao Amazonas e embarcou no cruzador Floriano, enquanto o governo mobilizava autoridades civis e militares para coordenar a defesa do Estado.	Operação policial: o episódio foi posteriormente descrito como simples ação de manutenção da ordem pública, minimizando a dimensão política e estratégica da resposta governamental.
Escopo do Conflito	Campanha militar de caráter regional: forças legalistas e rebeldes enfrentaram-se com canhões Krupp, metralhadoras e navios armados, culminando no afundamento do Jaguaribe e do Andirá, dezenas de mortos e feridos, além da captura dos principais líderes da revolta.	“Quartelada” localizada: o confronto passou a ser frequentemente reduzido a um motim regional de militares insubordinados, desvinculado da Revolução Constitucionalista e de sua dimensão estratégica para a Amazônia.

Leitura documental: A comparação evidencia uma assimetria entre a intensidade das medidas efetivamente adotadas pelo Estado em agosto de 1932 e a forma como o episódio foi posteriormente incorporado

à memória histórica. Quanto maior a mobilização institucional registrada pelos documentos contemporâneos, menor parece ter sido, em muitos relatos posteriores, o reconhecimento da relevância estratégica do conflito. Essa discrepância constitui um dos principais objetos da investigação documental sobre a Batalha Naval de Itacoatiara.

Esse processo de apagamento historiográfico consolidou-se ao longo das décadas de forma gradual e sistemática. A cada nova síntese histórica elaborada no Brasil, os currículos voltavam-se exclusivamente para os embates terrestres e ferroviários do Sudeste, relegando a Amazônia à margem das grandes decisões nacionais.

O esquecimento não adveio da destruição física dos arquivos — que permaneceram preservados —, mas sim do triunfo simbólico e interpretativo da versão oficializada pelos vencedores de 1932.

Capítulo VI: Muito além de Itacoatiara — O lugar da Amazônia na História da Revolução Constitucionalista

A Batalha de Itacoatiara funciona como um valioso laboratório historiográfico que expõe com nitidez as limitações da narrativa centralizada do ano de 1932. A compreensão de que o conflito constitucionalista foi um evento de exclusividade paulista gera extensas zonas de sombra que ocultam as profundas particularidades da guerra quando adaptada a outras geografias do território nacional.

No extremo norte do país, a guerra não se estruturou por meio de ferrovias estratégicas ou extensas linhas de trincheiras terrestres contínuas; adaptou-se, por obrigação geográfica, aos canais de navegação, aos portos de combustível, às fortalezas coloniais isoladas e às imensas rotas fluviais.

A campanha amazônica atesta, de forma inequívoca, que a Revolução Constitucionalista possuiu uma dimensão fluvial de grandes proporções, disputada sobre as águas do maior sistema hidrográfico do planeta.

O Silêncio Acadêmico das Universidades Locais

Apesar da magnitude do evento, há uma notória lacuna institucional no ensino da história regional. Historiadores e intelectuais amazonenses apontam como incompreensível a resistência das universidades oficiais do estado — como a Universidade Federal do Amazonas (UFAM) e a Universidade do Estado do Amazonas (UEA) — em incluir a Batalha Naval de Itacoatiara na grade curricular e nas ementas de seus cursos de graduação e pós-graduação em História.

Em contrapartida, eventos de menor impacto letal, como o célebre Bombardeio de Manaus — que resultou em pouquíssimas vítimas fatais —, são amplamente estudados e debatidos.

A invisibilização da batalha de 1932, que alterou a geopolítica fluvial do Norte, resultou no afundamento de dois navios e deixou dezenas de mortos e feridos, evidencia um presunçoso preconceito acadêmico que privilegia a história metropolitana em detrimento dos fatos ocorridos no interior da região.

Incorporar a Batalha de Itacoatiara e o Levante de Óbidos à cronologia nacional de 1932 não significa diminuir o protagonismo histórico paulista, mas sim restituir a devida proporção dos fatos e nacionalizar a história da Amazônia.

O episódio demonstra com clareza que a região não atuou como mera espectadora passiva ou periférica da crise republicana, mas sim como um cenário ativo de operações militares, logísticas e navais cujos desdobramentos diretos condicionaram e garantiram a própria consolidação e sobrevivência do Governo Provisório de Getúlio Vargas no Norte do Brasil.

Considerações finais: O dever de ouvir os documentos

A investigação científica acerca de Itacoatiara demonstra que o principal desafio para a historiografia regional não reside na suposta escassez de fontes primárias, visto que os documentos sempre estiveram preservados em arquivos públicos estaduais, coleções de jornais da época e relatórios oficiais das forças armadas. O entrave real residia na ausência de perguntas metodológicas direcionadas a esse acervo de modo a integrá-lo de forma orgânica à narrativa histórica nacional.

O historiador possui o estrito dever metodológico de confrontar as versões oficializadas e mitigadas com as evidências documentais contemporâneas aos fatos. Se as fontes provam que o levante mobilizou múltiplos governos estaduais, envolveu o envio de navios de guerra pesados, alterou profundamente as dinâmicas de navegação comercial e foi tratado como matéria de alta segurança nacional pelas autoridades ministeriais do país, torna-se imperativo reconhecer a sua relevância na história nacional.

A integridade da pesquisa científica reside em identificar com precisão os limites do que os documentos comprovam, devolvendo às fontes a prerrogativa de falar por si mesmas.

Epílogo

As guerras encontram seu término e os combatentes desaparecem, mas os arquivos permanecem como repositórios de interrogações abertas para cada nova geração de pesquisadores. A Batalha de Itacoatiara desvinculou-se de seu antigo caráter puramente militar para converter-se em um dos mais ricos patrimônios documentais do Norte do Brasil.

A bravura daqueles que defenderam a legalidade em terra — capitaneados pelo prefeito Gonzaga Tavares Pinheiro, cuja atuação na Batalha lhe rendeu a efetivação como capitão da Força Policial por ato de heroísmo através do decreto de outubro de 1932 — permanece registrada não apenas nos anais do Instituto Geográfico e Histórico do Amazonas (IGHA),

mas na própria geografia urbana da cidade de Itacoatiara, que imortalizou o secretário-geral Waldemar Pedrosa nomeando a rua que margeia e protege a orla fluvial do município. Sua trajetória serve como um lembrete permanente de que a memória histórica não constitui um depósito estático de lembranças, mas sim uma construção científica contínua erguida a partir do tensionamento entre os documentos que resistiram ao tempo e as perguntas que a sociedade tem a coragem de formular.



Referências Bibliográficas

Repositório Institucional da Universidade Federal do Pará (UFPA) – Dissertação de Mestrado de Walter Pinto de Oliveira: “1932: A Revolução Constitucionalista no Baixo Amazonas”.

Arquivos Históricos e Notas Oficiais do Governo do Estado do Amazonas (Cópia do depoimento do Coronel Gonzaga Tavares Pinheiro, 1932) – Acervo do Instituto Geográfico e Histórico do Amazonas (IGHA).

Jornal do Commercio – Edição de Domingo, 28 de agosto de 1932 (Manaus, Amazonas).

Relatórios e Correspondências Administrativas da Capitania dos Portos do Amazonas e do 27º Batalhão de Caçadores (Exército Brasileiro, Rio de Janeiro/Manaus, 1932).

GOMES, Francisco. Itacoatiara: Roteiro de uma cidade. 1ª ed. Manaus: Edição do Autor, 1965 (páginas 73 a 79); 2ª ed. Manaus, 1997 (páginas 192 a 204).

GOMES, Francisco. Cronografia de Itacoatiara. Vol. 2. Manaus, 1998.

GUIMARÃES, Ildefonso. Os dias recurvos (Romance Histórico/Memorialista). Rio de Janeiro/Manaus: Difel/Editora Calderaro.

JOBIM, Manoel Anísio. Itacoatiara: estudo social, político, geográfico e descritivo. Manaus, 1948.

CANTANHEDE, Antonio. Outras histórias do Amazonas. Manaus, 1958.

LOUREIRO, Antonio Souto. Tempos de Esperança: O Amazonas na década de 30. Manaus, 1995.

Série Artigos

